

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.661.512 - RS (2020/0030092-9)**

**RELATOR** : **MINISTRO SÉRGIO KUKINA**  
**AGRAVANTE** : ROSA MARIA BRANDAO DE SOUZA  
**ADVOGADOS** : SÉRGIO MACHADO CEZIMBRA - RS048091  
MÁRCIO SEQUEIRA DA SILVA - RS048034  
ANA AMELIA PIUCO - RS048122  
MAURICIO TAVARES DE ALMEIDA - RS069153  
**AGRAVADO** : ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**PROCURADOR** : CAMILLA HAILLIOT DUARTE E OUTRO(S) - RS052993

**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto por **Rosa Maria Brandão de Souza** desafiando decisão da 1ª Vice Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul que não admitiu recurso especial com base nos seguintes fundamentos: (I) ausência de negativa de prestação jurisdicional; (II) incidência da Súmula 7/STJ; (III) fundamentação deficiente e incidência da Súmula 284/STF; e (IV) não comprovação do dissídio jurisprudencial.

**É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.**

Verifica-se que o inconformismo não ultrapassa a barreira do conhecimento, pois a parte agravante deixou de impugnar a totalidade dos motivos adotados pelo Tribunal de origem para negar trânsito ao apelo especial.

No caso, a recorrente, apesar de fazer menção ao verbete sumular nº 7/STJ (discorrendo, genericamente, sobre a aplicação da legislação tida como violada), não declinou os motivos pelos quais, no seu entender, o referido óbice não seria aplicável ao caso concreto.

Incide, desse modo, por analogia, a Súmula 182/STJ ("*É inviável o agravo do art. 545 do CPC que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão recorrida.*").

Essa foi a linha de entendimento recentemente confirmada pela Corte Especial do STJ, na assentada de 19 de setembro de 2018, ao julgar o **EAREsp 701.404/SC** e o **EAREsp 831.326/SP**, Rel. Min. João Otávio de Noronha, Rel. p/

**acórdão Ministro Luís Felipe Salomão, DJe de 30.11.2018.**

**ANTE O EXPOSTO**, nos termos do art. 932, III, do CPC/2015, **não** **conheço** do agravo. Levando em conta o trabalho adicional realizado em grau recursal, impõe-se à parte recorrente o pagamento de honorários advocatícios equivalentes a 20% (vinte por cento) do valor a esse título já fixado no processo (art. 85, § 11, do novo CPC/2015), observando-se, contudo, o disposto no art. 98, § 3º, do CPC/2015, em razão da concessão do benefício da assistência judiciária gratuita.

Publique-se.

Brasília, 02 de abril de 2020.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA  
Relator